O risco tucano

18/05/2009

A aprovação da CPI da Petrobrás, na noite de sexta-feira do último dia 16, é reveladora de dois elementos das movimentações das forças políticas em enfrentamento no país para a sucessão do governo Lula. O primeiro é a incapacidade do campo conservador liderado pelo tucanato de encontrar uma pauta positiva para disputar a sucessão na sociedade. O segundo é a dificuldade do governo de enfrentar a ofensiva da oposição e da mídia a partir da sua base institucional e parlamentar.

*Beto Bastos**

A aprovação da CPI da Petrobrás, na noite de sexta-feira do último dia 16, é reveladora de dois elementos das movimentações das forças políticas em enfrentamento no país para a sucessão do governo Lula. O primeiro é a incapacidade do campo conservador liderado pelo tucanato de encontrar uma pauta positiva para disputar a sucessão na sociedade. O segundo é a dificuldade do governo de enfrentar a ofensiva da oposição e da mídia a partir da sua base institucional e parlamentar.

O campo formado pelos principais partidos de oposição, PSDB e DEM, apoiados pelo PPS e por importantes lideranças regionais de partidos da base do governo, buscam unificar uma única candidatura para essa disputa, a do governador de São Paulo, José Serra. Se a candidatura alternativa do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, já gera problemas, o maior deles é apresentar uma pauta própria com capacidade de polarização social e que sintetize uma visão distinta da atual política em curso, assim como impor uma pauta negativa para o Governo Lula.

Já se percebeu no ninho demo-tucano que seu índice de intenção de votos detectado pelas pesquisas de opinião, de aproximadamente 40%, não se sustenta até o início da campanha eleitoral em 2010. O crescimento da possível candidata do PT, Dilma Rousseff, é sólido e constante. Quanto mais o nome de Dilma é associado ao de Lula e às realizações desse governo, mais ela cresce. A luz vermelha acendeu no campo conservador: uma possível vitória de Dilma sinalizará a consolidação de um projeto político para o país, o projeto do PT, e de longa duração. O vislumbre desse cenário é o que organiza a ofensiva em curso dos partidos e lideranças neoliberais com o apoio da mídia conservadora.

A crise não os ajudou

Como tinham dificuldades em bater de frente com a política econômica, a principal alternativa dos tucanos, ao longo dos últimos anos, foi associar o governo ao desperdício e à ineficácia na gestão e ao assistencialismo nas políticas sociais. Esse discurso foi derrotado em 2006, mas foi mantido no segundo governo, até por falta de alternativa.

Na área social, mais um percalço ao projeto conservador: da insistência em rotular os programas sociais como assistencialistas, em particular o bolsa-família, começam a migrar para outra abordagem. Passam a assumir esses programas como um avanço, “com origem” no governo FHC, e afirmam que vão avançar nessas políticas… É muito pouco para rivalizar com a política atual em curso, mas sobram poucas alternativas, pois não há discurso que organize, na atual conjuntura, uma antítese a ela.

Com a crise internacional de 2008 e a falência da idéia de Estado mínimo como modelo de “gestão eficiente”, ficou muito difícil apresentar outro paradigma para se contrapor de forma global ao modelo de gestão de Estado que se inicia no Brasil. De acordo com as esperanças deles, a crise desarrumaria a economia do Brasil. De um ciclo de crescimento consistente para o caos. A tese do “quanto pior, melhor”. Imaginavam um freio nos investimentos em infra-estrutura e na área social. Mas, ao contrário do que previram, foi

reafirmada a manutenção do PAC, a redução do IPI para automóveis e alguns produtos, o Programa Nacional de Habitação, o aumento da cobertura do bolsa-família e do salário mínimo. Pior, junto a tudo isso, a imagem do Lula: “ele é o cara”.

Uma CPI na cartola

A CPI da Petrobrás é o abraço dos afogados. É o que resta. Atacar o governo em um elemento subjetivo e paralisar a gestão num período de enfrentamento da crise. Rememorizar a crise de 2005 e apontar para o maior símbolo público brasileiro, a Petrobrás. É mais uma CPI dentre tantas neste governo, um recorde histórico, mas essa é especial. Desprovida de foco determinado e instalada em surdina por alguns senadores tucanos em sessão semi-clandestina, essa CPI parece ser a última munição, e deve ser tratada como tal pelas forças políticas e sociais que dão sustentação ao Governo Lula.

A mídia conservadora não terá dúvidas. Tem cumprido o papel de distorcer os fatos, mentir, exagerar meias-verdades, estampar manchete negativa na capa e suavizar no conteúdo da matéria. Não se furtará de colocar sua “rede de inteligência” para levantar todo e qualquer tipo de irregularidade para construir uma atmosfera de “corrupção generalizada” na maior empresa brasileira. Já podemos imaginar as manchetes sensacionalistas semanais. A mesma mídia que se recusa a destacar as sólidas denúncias contra a governadora tucana do Rio Grande do Sul ou de investigar as denúncias de caixa dois levantadas recentemente pela Polícia Federal no escândalo da Camargo Corrêa e do financiamento das eleições do prefeito e de inúmeros vereadores nas últimas eleições na cidade de São Paulo.

As forças populares e de esquerda não podem ficar paralisadas diante dessa ofensiva. Um dos elementos importantes desta conjuntura é a incapacidade do governo de operar respostas à altura das provocações da direita neoliberal a partir da estrutura oficial do governo e, em particular, da sua frágil base parlamentar. Os interesses fisiológicos da tradição dos partidos de centro e de direita que compõem a base do governo impossibilitam respostas à altura.

A permanente troca de favores e benesses exigidas para a votação de qualquer medida central de interesse do governo dão a medida da fragilidade dessa base. Foi assim na votação da CPMF e agora também. O episódio de moralização da gestão da Infraero é um bom exemplo dessas dificuldades, a necessidade permanente do governo de referendar medidas positivas na eficiência e transparência da gestão e, ao mesmo tempo, equilibrar as tensões de sua base parlamentar.

Política de governabilidade à prova

O comportamento guiado por interesses menores desses setores, em particular, no Senado, só tende a aumentar no próximo período, e crescerá conforme se aproxima o calendário eleitoral.

O melhor cenário para esses parlamentares é a indefinição para a sucessão. É aí que se valorizam, de um lado e de outro. Cobram uma fatura aqui e outra acolá, sem compromisso formal com algum lado em que estarão no momento final da disputa. Logo, não é dessa base que se pode esperar uma verdadeira defesa do Governo Lula, e ela é necessária já.

Chegou o momento de botar o bloco na rua. O único agente político com capacidade de responder à ofensiva neoliberal é o povo brasileiro. Se a direita quis antecipar a sucessão com a provocação antipatriota de convocação da CPI da Petrobrás, vamos à luta, mas a luta a ser proposta não é a de gabinetes, onde eles são fortes. É na rua, o palco que eles odeiam.

Cabe ao movimento social, suas centrais sindicais e populares, e aos partidos que apóiam verdadeiramente esse governo, em particular o PT, organizar um amplo movimento nacional “Em Defesa do Governo Lula e das Conquistas do Povo Brasileiro”. Iniciar manifestações populares em defesa da Petrobrás e um grande ato público em Brasília no dia da instalação da CPI. Difundir ao povo brasileiro os avanços desse governo e denunciar os vários escândalos envolvendo a oposição conservadora. Não é mais possível sustentar o Governo Lula através da ação parlamentar. Para garantir um amplo leque de forças políticas no apoio à candidatura do PT em 2010, é necessária uma sólida consciência popular, fruto da mobilização social em

defesa dos seus interesses. O ano de 2009 pode ter essa marca, o ano do despertar de uma consciência cidadã brasileira na defesa das suas conquistas e da sua soberania.

** Beto Bastos é dirigente do PT-RJ.*

Compartilhe nas redes: